

**REQUERIMENTO Nº /2016**  
**(Do Sr. PAULO AZI)**

**Solicita a convocação do senhor  
Alexandre Romano.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 3º da Constituição Federal e art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que seja convocado o Senhor Alexandre Romano, para prestar depoimento nesta CPI criada para “investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes”.

**J U S T I F I C A T I V A**

Recentemente, no curso de delação premiada para operação Lava-Jato, o ex-vereador do PT Alexandre Romano, também conhecido por Chambinho, confirmou à Polícia Federal que além de ter indicado para a gerência de investimentos da Petros Thaís Brescia, seu ex-sócio Lício da Costa Raimundo teria sido indicado para Diretoria de Investimentos pelo ex-Ministro da Previdência, Carlos Gabas.

Alexandre Romano, o Chambinho, foi apontado pela Lava Jato como controlador da empresa VIS Investimentos (antiga Nexpar), especializada em estruturar negócios no setor de energia e imóveis com recursos dos fundos de pensão. Foi justamente dessa empresa que Thaís Brescia era executiva, além de ter tido passagem pelo BVA e Banco Espírito Santo. Ela também presidia o Conselho Fiscal da Sete Brasil, indicada pela Petros.

Em depoimento à Polícia Federal, Romano disse que Gabas —hoje secretário especial do Ministério da Previdência— "teria enorme influência nas indicações", alegando ainda que "todos os indicados sabiam da necessidade do Partido dos Trabalhadores em arrecadar e da importância da Petros" para isso.

Apelidado de "Chambinho", Romano foi vereador em Americana (SP) e é réu na Operação Lava Jato. Segundo as investigações, recebeu

propina da empresa Consist, contratada pelo Ministério do Planejamento. Em agosto de 2015, foi preso e ficou em Curitiba até outubro. Hoje cumpre prisão domiciliar.

Chambinho, que é advogado, declarou à PF que, em 2012, Lício da Costa Raimundo, amigo de Gabas e do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, se associou a seu escritório de advocacia. Mas teve que deixar a sociedade, em 2013, para assumir a diretoria do Funpresp (Fundo de Previdência dos Servidores Federais) por indicação de Gabas. Lício, ao contrário de Thais Brescia, continua diretor de investimentos da Petros.

O ex-vereador disse também que, com a chancela do ex-presidente da Câmara Marco Maia (PT), indicou a sócia Thaís Brescia para a gerência da Petros. Ela não ocupa mais a diretoria.

Em seu depoimento, Chambinho contou ter sido apresentado a Gabas pelo ex-tesoureiro do PT. Segundo documento obtido pela Folha, Chambinho disse que "o senhor João Vaccari seria o responsável, no PT, pela nomeação em diversos fundos de pensão federais, notadamente Funcef e Petros".

O ex-vereador acrescentou que Vaccari o apresentou a Gabas, "na época secretário-executivo do Ministério da Previdência, pessoa da mais alta confiança do sr. João e do PT".

À PF, Romano alegou que com a prisão de Vaccari, a Petros "ficou sob responsabilidade do sr Wagner Pinheiro [ex-presidente da ECT e da Petros]", mas que Gabas tinha forte influência. O ex-vereador afirmou que Lício "nunca teve experiência de mercado e não saberia efetuar os necessários contatos com os estruturadores e gestores dos fundos que permitiriam obter comissões". E que a tarefa ficou a cargo de Thais Brescia.

Pelos motivos elencados acima, torna-se fundamental a presença do senhor Alexandre Romano para que possa depor nesta CPI, no sentido de esclarecer estes e outros os fatos noticiados relativos à corrupção na gestão dos recursos dos fundos de pensão brasileiros.

Sala da Comissão, em     de fevereiro de 2016

**PAULO AZI**  
Deputado Federal (DEM-BA)